

DUAS FACES DO GIGANTE: OS ESTADOS UNIDOS NAS VISÕES DE EDUARDO PRADO E MONTEIRO LOBATO

(NOTAS SOBRE AS RELAÇÕES BRASIL/ESTADOS UNIDOS)

Túlio Sérgio Henriques Ferreira

A nossa arte, os nossos monumentos literários, estão cheios de ecos do passado; os nossos homens de ação têm a boca cheia das lições do passado, reais ou imaginárias.

Marc Bloch
Introdução à História

Introdução

Em entrevista intitulada “Nem na Ditadura”, publicada na revista semanal *Veja* (7/2/2007), o ex-embaixador do Brasil em Washington, Roberto Abdenur, declarou existir “um elemento ideológico muito forte na política externa brasileira” e que “[a] idéia do sul-sul como eixo preponderante revela um antiamericanismo atrasado.” Essa afirmação gerou reações conflitantes. O próprio chanceler Celso Amorin, sentindo necessidade de “responder” às críticas feitas pelo ex-embaixador, afirmou ao jornal *O Estado de São Paulo* que “nossa atitude é pragmática e não há antiamericanismo” (11/2/2007).

O debate foi enriquecido com contribuições de ex-chanceleres e acadêmicos. Gibson Barbosa, chanceler no governo Médici (1969-1974), subscreveu as opiniões de Abdenur e justificou-se: “Já há algum tempo venho apontando os mesmos fatos em artigos de jornal e palestras” (2007). O economista Marcelo de Paiva Abreu, em seu artigo “Política Externa Nua e Crua”, foi categórico em sua discordância com a política externa do

presidente Lula e com a postura do chanceler Celso Amorim. Algumas de suas afirmações são contundentes: “Além de enganosa, a reação instantânea do chanceler à entrevista [de Abdenur] foi deplorável. [...]. Quanto à substância da política externa, os comentários do embaixador Abdenur foram até comedidos” (2007).

Os fatos expostos acima, além de refletirem o debate relativo ao grau de importância da dimensão sul-sul na política externa do governo Lula, colocam em questão as relações do Brasil com os Estados Unidos da América (EUA), tema que será nosso alvo de análise neste artigo. O candente debate que passou a freqüentar as páginas de jornal e revistas, além de recintos restritos; produziu acusações, críticas e rara oportunidade ao analista da política externa. Explica-se essa combustão pela já centenária centralidade dos EUA no quadro de variáveis dos formuladores da política exterior brasileira. Souto Maior acredita que, dado o peso dos EUA no ambiente internacional, o assunto sempre se constitui, no Brasil, em “objeto de considerável controvérsia interna” (2001: 57).

Em recuo cronológico, podem-se perceber manifestações ancestrais do mesmo debate. Nesse sentido, destacam-se dois períodos: os arredores da proclamação da República e o período da Revolução de 1930. Nos dois momentos, Eduardo Prado (1840-1901) e Monteiro Lobato (1882-1948) defenderam idéias distintas sobre o tema. Eduardo Prado denunciou a “falsa amizade” dos americanos em *A Ilusão Americana*, publicado em 1893; Monteiro Lobato, em 1932, elogiou a modernidade e o modelo de desenvolvimento dos vizinhos do norte em *América*. Apesar da distância temporal entre os dois autores, o reverberar de suas idéias mostra que, de fato, o grau de alinhamento com os EUA foi e é assunto constante na história brasileira, despertando interesse em homens de Estado, literatos, intelectuais e demais setores da sociedade civil.

Outro aspecto relevante a ser considerado é o grau de participação desses personagens no quadro burocrático do estado. Pode-se, então, indagar pela correlação entre suas idéias e aquelas defendidas pelos formuladores e executores da política externa brasileira (PEB). Nesse sentido, tanto ensaios como *A Ilusão Americana* ou ficções como *América* podem contribuir para o detalhamento do substrato das forças profundas que agem sobre os agentes da política externa.

Tendo isso em mente, o objetivo deste estudo é extrair as idéias contidas nas obras de dois intelectuais brasileiros que viveram em épocas distintas e defenderam idéias opostas sobre os EUA. Nesse sentido, este artigo, além da introdução e da conclusão, está dividido em seis partes. A primeira discute, brevemente, a importância da fonte literária para o estudo da história. A segunda aborda os mapas mentais e crenças para a análise da política externa. A terceira interroga sobre o papel dos intelectuais na política brasileira. A quarta e quinta partes tratam, respectivamente, de *A Ilusão Americana* (1893), de Eduardo Prado, e de *América* (1932), de Monteiro Lobato. O objetivo é agregar a discussão contida nos textos desses dois autores ao debate relativo ao papel dos EUA na política exterior do Brasil. Finalmente, a sexta parte trata das construções teóricas que avaliam os paradigmas da PEB, destacando-se, evidentemente, sua dimensão relativa aos contatos com os EUA.

De resto, o esforço dessa análise busca comprovar que as atuais acusações de antiamericanismo na PEB seriam apenas mais um capítulo da longa narrativa composta pela história do Brasil independente.

1. A fonte literária

Preliminarmente, considera-se a literatura como manifestação da realidade. Sua força de representação foi defendida por Roland Barthes. Para ele, “desde os tempos antigos até as tentativas da vanguarda, a literatura se afaina na representação de alguma coisa. O que? Direi brutalmente: o real” (1992: 22). Assim, a literatura seria categoricamente realista, pois possui o real como objeto de seu desejo e busca superar sua impossibilidade de representação pelo exercício da linguagem. Ela procura aproximar-se das sutilezas da vida e superar as limitações das “grosseiras” ciências. É nesse sentido que a literatura assume vários saberes e se estabelece como fonte de reflexão sobre as certezas das ciências.

Ainda, a obra literária pode ser explorada sistematicamente para que se vislumbre a história que a produz, já que “o ser histórico dessa mensagem não é apenas o que se diz, mas também a maneira como está fabricada” (Barthes, 1973: 41). Assim, pela investigação das condições em

que se fabricam tais mensagens, como do conteúdo da mensagem em si, podem-se aclarar aspectos úteis ao analista da PEB.

De modo concreto, as fontes serão tomadas conforme a ampliação conceitual promovida pela revolução documental desencadeada pela escola dos *Annales*. Ensina LeGoff que o historiador passou a trabalhar com um amplo escopo de possibilidades. Usando as palavras de Samaram, considera que o conceito de documento deve ser tomado de modo mais amplo, “documento escrito, ilustrado, transmitido pelo som, a imagem, ou de qualquer outra maneira” (1990: 540). Porém, alerta o historiador para que não seja ingênuo, pois também a fonte documental é produto da relação social e está impregnada das marcas de força e poder de seu tempo.

O problema da utilização da fonte e do testemunho literário é ressaltado por Michel Vovelle. O autor acredita ser central a pergunta sobre a utilidade da literatura como mostruário de uma sensibilidade coletiva mais ampla. Em defesa da serventia de tais fontes, ele argumenta que a literatura é tomada de duas formas: (i) ingenuamente, refletindo elementos da realidade social vivida ou (ii) como discurso voluntário sobre determinado tema. No entanto, valorizar somente os dois níveis seria empobrecer a força de tais recursos. O esforço do analista deveria buscar a extração do imaginário coletivo que tais fontes encerram, pois “é neste nível que a literatura oferece um testemunho elaborado e complexo, muito mais significativo do que o reflexo direto da prática social vivida” (1991: 59).

2. As crenças

A análise da política externa, parte do amplo campo de estudos de relações internacionais, produziu vasta literatura relativa aos seus pressupostos ontológicos e epistemológicos. O rico debate teórico desembarca no século XXI com o enfoque Construtivista privilegiando discursos e constituição de valores sociais.¹ O suposto essencial de tais teorias dita a não divisão radical entre o externo e o interno, pois não entendem tal separação ontológica no sistema internacional. Neste sentido, a política externa toma nova dimensão para os estudiosos que

buscam analisar o comportamento internacional. Hill procura, de modo minimalista, conceituá-la como “*the sum of official external relations conducted by an independent actor (usually a state) in international relations*” (Hill, 2002: 3).

Conforme vários autores (Berger e Lukmann, 1997; Hall, 1993; Adler, 1999; Wendt, 1999), as estratégias de ação internacional elaboradas pelos países são também tributárias das idéias que os grupos sociais possuem da realidade externa e interna. Portanto, a constituição de grupos de pensamento que defendem corpo específico de idéias – conceito próximo ao ‘comunidades epistêmicas’ formulado por Adler e Hass (1992) – impacta no resultado da política externa. Vigevani e Cepaluni defendem que “*most changes depart from a perception of leaders, or formulators of foreign policy, of the shifts in the international scenario*” (2007: 7).

Concordando com esses preceitos, a análise ora proposta pretende alinhar-se às abordagens que contribuem para reverter o quadro de forte concentração de estudos que privilegiam os fatores políticos, econômicos e geopolíticos, em detrimento das variáveis subjetivas que impactam na formulação das políticas (Silva, 1995). Defende-se, também, a importância do estudo das percepções dos *policymakers*, momento que antecede a tomada de decisão. Argumenta Shapiro que:

[t]he major theoretical presupposition of our model is that beliefs of foreign policy decision makers are central to the study of decision outputs and probably account for more of the variance than any other single factor. Beliefs represent both the congealed experiences of the decision maker and his expectation about the decision environment. In the decision-making process, beliefs acts like templates for channeling information and for relating possible policy options to perceptions about the intentions and behavior of other nations, and also to policy objectives of the decision maker (Shapiro e Bonham, 1973: 161).

Antes de passarmos às obras de Eduardo Prado e Monteiro Lobato, vejamos rápida discussão sobre o papel dos intelectuais na política brasileira para que se encerre a conjugação entre literatura, crenças/percepções e ação política.

3. Intelectuais e a política no Brasil

Daniel Pécault (1990) analisa do papel dos intelectuais na política brasileira. Fato relevante de seu estudo é a apresentação da relação entre a política (e o Estado) e os intelectuais. Seu argumento contribui para desvendar a posição desses atores nos arranjos sócio-econômicos do Brasil. Neste sentido, a análise de Pécault contribui para a ampliação da compreensão das variáveis componentes da PEB, uma vez que a ação dos intelectuais, tanto no ministério das relações exteriores quanto na política em geral, tem sido fator recorrente na história do Brasil.

Para esta análise, destacamos as conjunturas históricas em que viveram Eduardo Prado e Monteiro Lobato. O primeiro, o ambiente do Segundo Império e a transição para a República. O segundo, a geração 1925-1940, que será marcada por forte inflexão na relação entre os intelectuais e o Estado brasileiro. Assim, detalhando-se a contraposição entre os distintos momentos, verifica-se que Prado viveu período marcado por forte dependência dos intelectuais do Estado imperial regido por Pedro II, enquanto Monteiro Lobato participou da geração que justamente se esforçou para romper com tais características (Pécault, 1990).

De modo geral, apesar das nuances históricas dos períodos apresentados à análise, observa-se que “os intelectuais brasileiros se entregam à ação política sem nenhuma hesitação e como se tivessem qualificação especial para fazê-lo. Em muitas ocasiões, eles se tornam protagonistas políticos centrais” (Pécault, 1990: 7). Tal consideração inicial torna-se relevante para justificar o ponto do artigo que quer a junção da produção literária com a ação política. A conclusão de Pécault aponta para a viabilidade de se considerar a plausibilidade do diálogo entre as duas instâncias, intelectual e política, ressaltando-se a possibilidade de existência de simultaneidades de função, como verificado nos exemplos dos diversos intelectuais que assumiram funções de mando político.

No intuito de detalharmos algumas características dos períodos históricos vivido por Prado e Monteiro Lobato, pode-se considerar que a condição de dependência dos intelectuais frente ao Império brasileiro marca-se pelo mecenato, patronagem e honrarias “comportando (já naquela época) a outorga de empregos públicos aos escritores, mas também seu

enclausuramento no círculo das elites sociais” (*idem*: 22). Tal relação seria contraposta à busca de independência e isolamento desencadeado com a proclamação da República. Posteriormente, a geração de 1925-40 esforça-se para romper com as anteriores experiências ‘negativas’ de relacionamento com o Estado (ressalve-se, no entanto, que permanece a mesma busca de prestígio por parte dessas elites que se observara no Segundo Império). A utilização da literatura a serviço da nacionalidade e da transformação social e política seria outra característica da geração de Monteiro Lobato. Defende Pécault que a:

geração dos anos 1925-40 não solicitou a mão protetora do Estado; ao contrário, mostrou-se disposta a auxiliá-lo na construção da sociedade em bases racionais. Participando das funções públicas ou não, manteve uma linguagem que é a do poder. Ela proclamou, em alto e bom som, a sua vocação para elite dirigente (*idem*: 22).

Portanto, há forte indício da relação entre os intelectuais e os constituintes das políticas públicas brasileiras. Ressalte-se que a política externa é aqui considerada como uma dessas políticas. Entretanto, não se pretende defender relações mecânicas entre os autores e as posições efetivadas pelos formuladores e gestores da PEB. Antes, objetiva-se destacar as posições conflitantes de Prado e Monteiro Lobato para que se percebam distintos entendimentos do papel dos EUA para o Brasil e se identifiquem alguns “estoques” de idéias que impactam nas percepções dos formuladores e executores da PEB.

Ao recortarmos o pensamento de Prado e Monteiro Lobato, queremos constituir seleção exemplar de autores que representam “ideologias” diferentes. O contraste de suas idéias relativas ao papel dos EUA para a PEB, nesse sentido, passa a representar idéias defendidas por grupos, mesmo que os indivíduos possam comportar idiossincrasias.

4. Eduardo Prado, seu tempo e suas idéias

Eduardo Prado, em seu livro-ensaio *A Ilusão Americana*, publicado quatro anos após a proclamação da República no Brasil, atacou de modo

contundente a política externa dos EUA. Monarquista originário da oligarquia agrária paulistana, Prado transforma-se em um dos principais críticos da recém instalada república brasileira, pois representa parcela social que é desalojada dos círculos decisórios com a mudança de regime no Brasil.

Relatando fatos ocorridos entre 1823 e 1892 – período que coincide com a aplicação da Doutrina Monroe pelos EUA – Prado tenta reagir à aplicação do modelo americano no Brasil. “Investindo contra a diplomacia americana, ele julgava, por um lado, golpear a República brasileira em seu flanco mais débil: a política externa que, necessitando de apoio, procurava cada vez mais uma aproximação com os Estados Unidos” (Felgueiras, 2001:14). Outro objetivo era criar alto grau de antipatia contra os EUA em setores da opinião pública brasileira. *A Ilusão Americana* acaba tendo grande impacto no Brasil, publicidade que rende exílio ao autor e apreensão do livro. Ao prefaciar sua obra, Prado lembrava que “[e]ste desprezioso escrito foi confiscado e proibido pelo governo republicano do Brasil. Possuir este livro foi delito, lê-lo conspiração, crime havê-lo escrito” (Prado, 1961: 5).

A Ilusão Americana denuncia a ingenuidade com a qual os republicanos clamavam pelo “abraço” dos americanos. O objetivo era delatar o perigo expansionista e imperialista da potência gestada por conjuntura internacional que premiava as ações alinhadas com os arranjos produtivos do capitalismo. Sem delongas, Prado abre sua obra com as seguintes palavras:

Pensamos que é tempo de reagir contra a insanidade da absoluta confraternização que se pretende impor entre o Brasil e a grande república anglo-saxônica, de que nos achamos separados, não só pela grande distância, como pela raça, pela religião, pela índole, pela língua, pela história e pelas tradições de nosso povo (Prado, 1961: 7).

O argumento de Prado se desenvolve pela análise histórica da simpatia entre os americanos e as monarquias européias. Delas os americanos haviam colhido apoio para se tornarem independentes de sua metrópole. Neste sentido, por possuírem tais amarras, os EUA não poderiam apoiar os países latino-americanos. Portanto, a “Doutrina Monroe” seria apenas

um engodo que acabaria por expressar o egoísmo e a não-fraternidade dos americanos com seus colegas de continente. Prado defende que tal doutrina, antes de compromisso de aliança dos EUA com os países da América do Sul, funcionaria apenas como estratégia de defesa dos interesses internos e externos dos EUA.

Aspecto de especial interesse para o Brasil é a posição dos EUA em relação ao movimento de independência. Prado acredita que, antes de facilidades, aquele país somente trouxe empecilhos: “[...] por ocasião da independência do Brasil, não recebemos prova alguma de boa vontade por parte dos americanos, e só depois que outros países reconheceram a emancipação do Brasil é que os EUA reconheceram nossa autonomia” (1961: 23).

O exemplário de fatos que depõem contra os EUA segue sendo enriquecido nas páginas de Prado. As querelas brasileiras no Rio da Prata, a invasão inglesa das Malvinas, o reconhecimento do rei absoluto e “usurpador” de Portugal, a guerra contra o México, o silêncio frente à ação inglesa em Honduras, os embaraços ao tempo da guerra do Paraguai e o incidente do Trent, todos são fatos que demonstram a inimizade que eles guardam para seus parceiros continentais. De modo sintético, Prado considera que “os EUA, embora contem ilustres escritores do direito internacional, são mais egoístas e prepotentes em suas práticas do que as monarquias européias” (1961: 37).

Outro equívoco dos republicanos brasileiros seria considerar válido o empenho americano para impedir que os europeus possuíssem possessões na América. Na visão crítica de Prado, o correto seria perceber os EUA como aliados da “maquiavélica” diplomacia européia para o exercício de sua verve expansionista. A “águia” simbólica, antes de proteger os fracos, faria vôo dominador em todos os cantos da América, reafirmando o dito do Senador Evarts de que a Doutrina Monroe reservaria a América aos americanos do Norte.

Assim, de modo geral, a receita para o Brasil seria manter distância dos EUA. Prado enumera algumas razões para tal conclusão: (i) o Brasil estaria traindo sua índole caso imitasse os EUA; (ii) os laços entre os dois países são fictícios, pois “não temos com aquele país afinidades de natureza alguma real e duradoura” (1961: 185); (iii) a história da ação

internacional dos EUA não apresenta exemplos de benevolência com qualquer república latino-americana; (iv) que todos os contatos entre as duas nações servem para concluir que a amizade norte-americana é “nula quando não interessera”; (v) a influência moral que aquele país exerce no Brasil é prejudicial.

Finalmente, Prado invoca o conselho de George Washington aos seus compatriotas como exemplo de lição a ser observada pelo Brasil. O primeiro presidente dos EUA defendia que:

[é] loucura esperar uma nação favores desinteressados de outra, e que tudo quanto uma nação recebe como favor terá de pagar mais tarde com parte de sua independência... não pode haver maior erro do que esperar favores reais de uma nação a outra... (Prado, 1961: 186-87)

Feito o elenco dos argumentos centrais apresentados por Eduardo Prado, pode-se concluir que seu ensaio encerra algumas características. O conteúdo de *A ilusão Americana* reflete o vivo debate sobre o papel dos EUA na PEB no período imediatamente posterior à proclamação da República. O autor, contemporâneo de uma geração de intelectuais marcada por forte dependência do Estado imperial, acaba expressando o descontentamento de parte da sociedade que havia perdido terreno no jogo de forças da política nacional. Nesse sentido, o lugar de sua fala, assim como seu conteúdo, torna-se relevante para o analista. À evidência de sua defesa da necessidade de o Brasil afastar-se do modelo americano devido ao “perigo imperialista”, conjuga-se a crítica mais ampla do movimento republicano que se movimentava no sentido da constituição de novos laços com os EUA.

5. América de Monteiro Lobato

A imagem de Monteiro Lobato como criador do Visconde de Sabugosa e outros tantos personagens da literatura infanto-juvenil brasileira ainda é forte e presente no cotidiano dos brasileiros. Dramatizações televisivas de obras de sua autoria, como o *Sítio do Pica-pau Amarelo*, são parte do quadro da programação das televisões do país. Na década de 20, apesar

de intensa, sua participação na vida política e intelectual ainda é pouco comentada. Suas constantes manifestações no âmbito da política brasileira podem ser sintetizadas em dois exemplos: as campanhas pelo voto secreto e pela nacionalização do petróleo no Brasil.

Conforme entende Pécault, a geração de 1925-1940 (geração na qual o autor localiza Monteiro Lobato) conformou-se como grupo que acabou por fazer parte do aparelho do Estado e focou seu pensamento sobre o problema da identidade nacional brasileira e de suas instituições. Em 1927, a indicação do presidente Washington Luís Monteiro Lobato para que Monteiro Lobato ocupe o cargo de adido comercial brasileiro nos EUA comprova sua ligação com os quadros burocráticos do Estado brasileiro. Essa experiência, que dura até 1931, contribuiria para a formação de sua concepção favorável ao modelo americano, apesar das ressalvas nacionalistas que abraçava. Deve-se apontar, então, que sua defesa dos valores dos EUA fazia-se com o cuidado da negativa da cópia pura e simples do modelo. Mesmo assim, é possível considerar que seu elogio, em alguma medida, represente a defesa da aproximação brasileira aos EUA.

América é obra de ficção literária que tem sua primeira edição feita pela editora Nacional em 1932. Seu período vivido nos EUA e as suas reflexões sobre tal experiência são as referências que Monteiro Lobato utiliza para a confecção da obra. O livro surge contemporâneo às conturbações produzidas pela revolução de 1930. Fato que, paradoxalmente, segundo Cervo e Bueno, não traria, de imediato, grandes transformações para a ação externa do Brasil, pois “o novo chanceler, Afrânio de Melo e Franco, político e diplomata mineiro, experiente até mesmo na Liga das Nações, (...) não promoveu significativas alterações no rumo da política exterior” (2002: 233).²

A estrutura do romance *América* apresenta-se como relato dialogal entre o narrador inominado, representante do nacional brasileiro, e Mr. Slang, o “inglês da Tijuca” (personagem fictícia anteriormente utilizada em *Mr. Slang e o Brasil*, outro romance de Monteiro Lobato). Eles “conversam sobre a América, sem nunca, entretanto, se esquecerem do Brasil” (Monteiro Lobato, 1962: 2). Descrevendo os costumes que impactam no desenvolvimento dos EUA, Monteiro Lobato, pela voz de

seus personagens, destaca a importância da eficiência do homem para que uma nação se desenvolva. Conclui-se que o Brasil estaria fracassando, pois não desenvolvera seus recursos humanos conjugados com os abundantes fatores naturais.

Reclama-se e lamenta-se que o Brasil esteja atrasado. No entanto, guarda-se a vontade de ver seu país transformado nos EUA do hemisfério Sul. Monteiro Lobato acusa setores da sociedade brasileira que, no poder, não compreendiam o fenômeno desenvolvimentista americano. Ele avança sua crítica caracterizando a opinião pública no Brasil como um “monstro de mil corpos e uma só cabeça”. Portanto, haveria a necessidade de se constituir uma nação com mentes menos conservadoras e mais abertas à mudança. Finalmente, Monteiro Lobato chega ao âmago de seu argumento perguntando pelas razões do sucesso dos EUA. Ainda, relaciona os porquês de o Brasil aproximar-se dos americanos e da necessidade de se ter tal modelo de desenvolvimento como padrão a ser levado em conta.

América narra a viagem dos personagens por diversos pontos dos EUA. O constante diálogo dos personagens explicita opiniões, espantos e considerações do visitante brasileiro e de Mr. Slang. O estrangeiro tornar-se o contraponto às opiniões do narrador brasileiro que reage às “lições” recebidas em terra estrangeira. Desde o início, a contraposição entre o velho e o novo está explícita. Monteiro Lobato, ao prefaciá-la obra, deixa claro seu pensamento:

A incompreensão do fenômeno americano pode filiar-se à natural incompreensão que o carro de trás sempre há de ter da locomotiva. Há muito pouco “Hoje” no mundo. Na própria Europa o “Ontem” ainda atravança a mor parte dos países. Naturalíssimo, pois, a geral incompreensão relativa ao único povo onde o “Amanhã” da humanidade já vai adiantado (Monteiro Lobato, 1962: 3).

Um aspecto da modernidade encontrada nos EUA é invocado pelo exemplo do planejamento da capital dos americanos. Neste sentido, Washington, capital planejada, seria a “[c]idade feita sob medida para americanizar”. Conclui Monteiro Lobato que “[f]rom Washington we go home better Americans”. Os traços simbólicos que a todo o momento

chamam para o sentido nacional e heróico dos Pais Fundadores e das tradições de justiça e ética do país são outras características valorizadas pelo olhar dos viajantes.

O conhecimento é exaltado como fundamental para a formação de uma nação digna. Monteiro Lobato lapida a frase: “Uma nação é feita com homens e livros”. Assim, sobrealva-se o papel das universidades para a formação da inteligência e da mão-de-obra para o desenvolvimento de um país. Neste sentido, ele aposta que a formação intelectual da população seria indispensável para o sucesso do coletivo. Sendo o cidadão tanto melhor quanto mais educado fosse, dando ao povo a possibilidade de barrar os desmandos de sua elite dirigente.

Monteiro Lobato defende a necessidade de criar as condições materiais para o desenvolvimento de um país. As estradas seriam veias que levam sangue ao corpo. Sem estradas não há país. O desenvolvimento virá da capacidade do povo em compreender os tempos e adaptar-se às novas condições. Neste sentido, a modernidade material seria possível apenas se se rompesse com arquétipos tradicionais vindos do velho mundo. O progresso, neste sentido, deve ser perseguido e, apesar de causar perdedores, porque muitos não possuem tempo para adaptações, ele é movimento que deve ser respeitado, pois “a invenção é sempre isso: mal momentâneo para uma classe, benefício tremendo para a maioria” (Monteiro Lobato, 1962: 73).

No Brasil, segundo o autor, o Estado não age de modo a propiciar as condições de desenvolvimento para a maioria da população. Antes, seu arranjo patrocina o privilégio para minorias, como ficou explícito na interferência do governo brasileiro no caso do café. De modo inverso, Monteiro Lobato acredita que, em tal situação, o sistema deveria ser corrigido pela competência e engenhosidade dos indivíduos.

Monteiro Lobato acusa o Brasil de possuir auto-imagem equivocada de seu papel no ambiente internacional. Pela voz de Mr. Slang, vocifera:

A idéia que o brasileiro faz de si próprio é muito interessante, continuou Mr. Slang. Julga o seu país a maravilha das maravilhas mas com um único defeito: não ser reconhecido no estrangeiro. A idéia simplista que o brasileiro faz do mundo deve ser esta: grande arquibancada de circo de cavalinhos de

John Bull, Tio Sam, Michel, Mariana, o Urso Eslovo e mais países sentados nas fileiras da frente, para ‘gozar’ o único que tem a honra de ocupar o centro do picadeiro. Ali o Brasil, sozinho, único, terra onde Deus nasceu, mostra suas ufanias – o Amazonas, os oito milhões de quilômetros quadrados, o Pão de Açúcar, o Café, o Babaçu, Santos Dumont, o padre que inventou a máquina de escrever, vários descobridores do moto-contínuo e da quadratura do círculo. Dessa atitude decorre o estribilho dos jornais ao darem notícia de qualquer coisa feia acontecida em tal paraíso: “Que dirá o estrangeiro?” (1962: 77-78).

Outro fato que contribui para o atraso do Brasil é a negligência do país face às vantagens de seu clima ameno e de seus recursos naturais abundantes. Em sua visão, o Brasil deveria aproveitar de seus bastantes recursos para gerar desenvolvimento. Neste sentido, a criação do “Ministério do Carbono”, reunindo as condições para que fossem aproveitadas nossas vantagens comparativas no cenário internacional, seria fundamental para que se viabilizasse o desenvolvimento do país. Aqui cabe o comentário de que tais idéias parecem encontrar abrigo no estado brasileiro que acabam por implementar tais políticas através da barganha de Vargas para a aquisição da Companhia Siderúrgica e através da Campanha de Nacionalização do Petróleo.

Outro aspecto modelar do povo da América do Norte, para Monteiro Lobato, seria sua moral e suas leis. Ao observar casas sem cercas, o narrador declara que “a taipa [ali] é moral”. Constata, também, que a existência de leis severas não impede seu descumprimento. Antes, sua aplicação é imperativa para a existência de uma cidadania legítima.

Agora, após a apresentação dos argumentos centrais de Eduardo Prado e Monteiro Lobato, vejamos com mais detalhes algumas características do relacionamento histórico entre o Brasil e os EUA para que possamos alinhar os dois autores com as correntes de pensamento da PEB.

6. As relações Brasil-EUA

Luiz Alberto Moniz Bandeira (1989) argumenta que o Brasil, no século XX, não se conformou com a hegemonia dos EUA. Mesmo o movimento de aproximação do Barão do Rio Branco contava com a recíproca dos

americanos para que o Brasil pudesse dominar o sul da América. Segundo seu argumento, com a morte do Barão, o país passou a marchar mais alinhado com Washington até que Getúlio Vargas, juntamente com Oswaldo Aranha, reconstruísse a relação com base no apoio recíproco (fato que parece coincidir com a defesa de Monteiro Lobato da forma correta de aproximação com o gigante do norte). Moniz Bandeira descreve todo o percurso republicano da relação Brasil-EUA. Seu argumento baseia-se na suposição de que tais relações somente se sustentam devido ao interesse material e nas necessidades históricas concretas.

Orientei-me pelo princípio de que o sentido das relações internacionais e, conseqüentemente, das políticas exteriores de um país, em última instância, tende sempre a subordinar-se, quaisquer que sejam as percepções ou ideologias dos homens e partidos no poder, aos interesses concretos, ou seja, àqueles gerados e moldados pela necessidade do processo produtivo, que o Estado nacionalmente articula, organiza e representa (1989: 18).

Outros enfoques teóricos (Moura, 1980; Hirst e Lima, 1990; Pinheiro, 2000; Vivegani e Cepaluni, 2007) consideram que os principais paradigmas republicanos da PEB decorrem da forma como o país estabelece seus contatos (mais ou menos alinhados) com as potências ocidentais e, conseqüentemente, com os EUA. Todos formulam categorias que auxiliam na análise de tais relações, mesmo que não coincidentes em sua nomenclatura. Em comum, eles possuem formulações que contemplam o grau de autonomia que o Brasil busca calibrar em suas relações com os EUA. Moura propõe sua “autonomia na dependência”, Lima e Hirst também utilizam o termo “autonomia”, Pinheiro destaca o “americanismo” e o “globalismo”. Recentemente, Vivegani e Cepaluni propõem a distinção entre “autonomia pela distância”, “autonomia pela participação” e “autonomia pela diversificação”.

Vejam, de modo sumário, e para sintetizar o debate exposto acima, a distinção entre o “americanismo” e o “globalismo”. O “americanismo” elege os EUA como o eixo de nossa política externa, sendo a proximidade com o governo daquele país percebida como benéfica aos interesses nacionais brasileiros, pois contribuiria para adquirir maiores recursos de poder nas negociações. Por sua vez, o “globalismo”, contrapondo-se aos

pressupostos do paradigma anterior, concebia a diversificação das relações exteriores do Brasil como importante fator para o aumento do poder de barganha do país.

Esses dois troncos paradigmáticos da PEB possuem manifestações que podem ser identificadas em diferentes momentos de nossa história, estabelecendo-se quatro grandes momentos. O “americanismo” vive entre o início do século XX até a década de 1950 (mesmo tendo o período da equidistância pragmática em perspectiva) e retorna de 1964 até 1974. O “globalismo” surge nos anos da Política Externa Independente (1961-1964) e reaparece no governo Geisel (1974-1979). Paradigma que somente encontraria seus limites e entraria em ocaso com as novas articulações dos 1990 (Pinheiro, 2000: 308-309).

Tal divisão paradigmática pode ser refinada em suas características, sendo o americanismo dividido entre “pragmático” e “ideológico”; e o globalismo entre “grotiano” e “hobbesiano”. O americanismo ideológico baseia-se em normativismo filosófico que concebe a convergência ideológica entre EUA e Brasil, sendo a aliança com os norte-americanos plenamente desejável, imprescindível mesmo. O americanismo pragmático, de modo diverso, procura o aproveitamento das oportunidades mediante uma aliança instrumental. Tendo em vista as teorias das relações internacionais, podem-se identificar traços de um realismo ingênuo (ou idealista) no americanismo ideológico, enquanto o americanismo pragmático encarna as influências realistas hobbesianas (Pinheiro, 2000: 307).

O globalismo, devido a sua essência plural que prega a diversificação e aproveitamento pragmático de oportunidades, tem sua gênese ideológica na junção de três matrizes de pensamento: a crítica ao americanismo feita pelos nacionalistas do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), a concepção centro-periferia formulada pela Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (CEPAL) que buscava identidade econômica para os países latino americanos no cenário internacional e, finalmente, a teoria Realista das Relações Internacionais que enxerga anarquia no sistema internacional e, conseqüentemente, a prevalência do princípio da auto-ajuda na conduta dos Estados (insira-se aqui parte da crítica identificada em Eduardo Prado que poderia ser considerada, também, como uma das matrizes deste pensamento). Neste sentido, a diplomacia brasileira deveria

buscar as melhores oportunidades de inserção no sistema internacional (Pinheiro, 2000: 309-310).

Assim, o globalismo, apesar de sua base realista comum, poderia ser dividido entre uma versão de natureza hobbesiana, que percebe o sistema internacional como anárquico, e outra grotiana que sustenta ser a relação entre os Estados sujeita as regras e instituições que compõem uma sociedade impondo normas éticas de convivência, além daquelas da prudência realista.

Sinteticamente, Pinheiro identifica períodos de manifestação de um e outro paradigma na PEB: (i) americanismo pragmático: 1902/1945, 1951/1961 e 1967/1974; (ii) americanismo ideológico: 1946/1951 e 1964/1967; (iii) globalismo grotiano: 1961/1964; globalismo hobbesiano: 1974/1990.

Tullo Vigevani e Gabriel Cepaluni (2007) entram no debate alinhado aos pressupostos teóricos construtivistas. Sua análise chega ao presente contrapondo, principalmente, as políticas externas de FHC e Lula, embora perceba a política de Sarney como marcada pela “autonomia pela distância”. A proposição de seu estudo chega, além da autonomia pela distância, à conclusão de que os governos Collor e FHC marcaram-se pela “autonomia pela participação”, enquanto Lula da Silva rege-se pela “autonomia pela diversificação”. De modo resumido, o argumento se baseia nos seguintes conceitos: (i) a autonomia pela distância marca-se por não se alinhar automaticamente com os regimes internacionais, colocando-se contra alguns aspectos da agenda das grandes potências para que possa, assim, preservar alguma parcela de sua soberania nacional; (ii) a autonomia pela participação adere aos regimes internacionais, principalmente os liberais, esperando poder influir em sua formulação; e (iii) a autonomia pela diversificação busca na pulverização de contatos e na adesão às normas internacionais diminuir as assimetrias de poder através de alianças que se contraponham às pressões dos pólos mais fortes de poder (2007).

Todos os argumentos dos autores acima citados buscam relacionar diferentes percepções que setores influentes na formulação e execução da PEB possuem dos EUA e as decorrências de tais percepções para a ação externa do Brasil. Esses estudos concluem pela existência de ampla gama de conjugações para as relações bilaterais Brasil-EUA. Neste sentido, o esforço

deste estudo em identificar e demonstrar algumas dessas características nas obras *A Ilusão Americana* de Eduardo Prado e *América* de Monteiro Lobato conjuga-se com o esforço para o detalhamento de tais posições.

As idéias de Eduardo Prado podem ser consideradas como antecessoras do conceito de globalismo hobbesiano, ou autonomia pela distância, que acaba se fixando como uma das matrizes da PEB. Assim, tal fato nos permite relacionar o conteúdo do ensaio de Prado com as idéias de atores contemporâneos que pregavam algum grau de afastamento do Brasil com Gigante do Norte.

Em *América*, os conceitos defendidos também possuem coincidências explícitas com as idéias defendidas, no âmbito político, pelo intelectual Monteiro Lobato. Embora não se possa afirmar a transmissão direta dessas idéias para as ações da PEB, pode-se sugerir que os preceitos e reflexões defendidos pelo autor são coincidentes com a matriz americanista identificada no percurso histórico do Brasil. Porém, mais próxima do americanismo pragmático ou da “autonomia pela participação”. Tais características o aproximam dos atuais defensores da aproximação do Brasil com os pólos de poder mundial e das críticas que são feitas à política externa do governo Lula.

Considerações finais

A imobilidade das coisas que nos cercam talvez lhes seja imposta por nossa certeza de que essas coisas são elas mesmas e não outras, pela imobilidade de nosso pensamento perante elas.

Marcel Proust
No caminho de Swann

A proposição intencionalmente provocativa do artigo pretendeu contribuir para alargar as fontes disponíveis ao analista da política externa. Seja pelo ensaio de Prado ou pela ficção de Monteiro Lobato, foram identificadas as percepções relativas aos EUA de dois importantes intelectuais do país. O fato de tais escritores terem participado ativamente

da vida política do Brasil, permite considerá-los como representantes aglutinadores das idéias defendidas por grupos distintos em diferentes gerações da História brasileira.

Neste sentido, pôde-se perceber o grau de entrelaçamento entre os intelectuais e a política no Brasil. Fato que contribui para que se estabeleça maior detalhamento do processo decisório na política exterior do Brasil. Para tanto, os argumentos teóricos que defendem a importância das percepções no momento da tomada de decisão são úteis aos analistas da política externa.

Ressalte-se, ainda, que, pela lente de duas personagens de relevo da História brasileira, foram identificadas distintas percepções acerca do papel dos EUA na PEB. Mas, para além de querermos apenas descrever as idiosincrasias daqueles dois personagens, buscou-se perceber o pensamento de grupos sociais distintos no Brasil. Sendo assim, fixaram-se duas distintas matrizes de pensamento relativas aos EUA.

Caracterizadas as diferenças, podemos afirmar a ancestralidade do atual debate sobre a PEB descrita nas páginas iniciais deste artigo. Críticos e defensores da política externa do governo Lula (observadas as particularidades de seu tempo) são atores que enredam mais um capítulo deste tema que possui alto grau de permanência na História republicana do Brasil.

Finalmente, cientes das deficiências e lacunas que tal trabalho abriga, espera-se que o argumento aqui defendido seja inspiração para novas análises que abordem outros períodos da História da PEB e outros autores e intelectuais que pensaram e pensam o papel do Brasil no mundo.

*Recebido para publicação em janeiro de 2008
Versão definitiva em junho de 2008*

Notas

- 1 Não se pretende, aqui, avançar o debate sobre posições teóricas das Relações Internacionais. Para boa síntese sobre o tema ver Smith (1999).
- 2 No entanto, internamente, a interrupção do arranjo de eleições intercaladas entre mineiros e paulistas traz novos arranjos de poder, com novos grupos procurando redefinir o

“interesse nacional”. A ascensão de Getúlio Vargas significaria a vitória de novo tipo de estrutura social que diferia do controle instituído pelo modelo agrário-exportador. Embora o café por muito tempo ainda permanecesse o principal produto de exportação do Brasil, começa-se a buscar outro modelo de desenvolvimento para o país. O projeto nacional-desenvolvimentista passa a ser perseguido através da barganha com os EUA e a Alemanha. O Brasil, finalmente, aposta nos EUA como a grande potência em ascensão. Nesse sentido, o país abandonaria sua “eqüidistância pragmática”, para utilizarmos conceito de Gerson Moura, no final da década de 1930 com a visita de Osvaldo Aranha aos Estados Unidos. Antecipa-se, neste aspecto, a condição que os EUA assumiriam no pós-guerra.

Referências bibliográficas

- ABDENUR, Roberto (2007), “Nem na Ditadura”, entrevista, *Veja*, Páginas Amarelas, 7 de fevereiro.
- ABREU, Marcelo de Paiva (2007), “Política externa Nua e Crua”. *O Estado de São Paulo*, 12 de fevereiro (<http://www.econ.puc-rio.br/mpabreu/pdf/OESP07.02.12.pdf>; última visita: 12/5/2008).
- ADLER, Emanuel. “O Construtivismo no Estudo das Relações Internacionais”. *Lua Nova*, n.º. 47, 1999, pp 201-206.
- AMORIN, Celso (2007), entrevista, *O Estado de São Paulo*, 11 de fevereiro (<http://www.estado.com.br/editorias/2007/02/11/pol-1.93.11.20070211.2.1.xml>; última visita: 12/5/2008).
- BARBOSA, Gibson (2007), *Jornal do Brasil*, 11 de fevereiro.
- BARTHES, Roland (1973), “A Análise Retórica”, in Roland Barthes *et alli. Literatura e Sociedade*. Lisboa, Editorial Estampa.
- _____ (1992), *Aula*. São Paulo, Cultrix.
- BERGER, Peter; LUCKMANN, (1997) [1966].Thomas. *A Construção Social da Realidade* (14ª ed.). Rio de Janeiro, Vozes.
- BLOCH, Marc. *Introdução à História*. 5ª Edição, Publicações Europa-América.
- CÂNDIDO, Antônio (1993), *Ouro sobre Azul. Literatura Brasileira: Teoria e Crítica Literária*. São Paulo, Cia. das Letras.
- CERVO, A. L.e BUENO, C. (2002), *Historia da Política Externa do Brasil*. Brasília: Ed. da UnB.
- FELGUEIRAS, Carmen (2001), “Os Arquitetos do Futuro. Os EUA segundo Monteiro Lobato e Eduardo Prado”. *Estudos Históricos*, n.º 27.
- HALL, John (1993), Ideas and the Social Sciences, in Judith Goldstein e Robert O. Keohane (eds.) *Ideas and Foreign Policy: Beliefs, Institutions, and Political Change*. Ithaca, Cornell University Press.

- HILL, Christopher (2003), *The Changing Politics of Foreign Policy*. New York, Palgrave Macmillan.
- HIRST, Monica e LIMA, M. R. Soares de (1990), “Crisis y Toma de Decision en la Política Exterior Brasileira: el Programa de Integración Argentina-Brasil y las Negociaciones sobre la Informática con Estados Unidos”, in Roberto Russel (ed.). *Política Exterior y Toma de Decisiones en América Latina*. Buenos Aires, Programa RIAL, Grupo Editor Latinoamericano.
- MONIZ BANDEIRA, L. A. (1988), *Brasil-Estados Unidos: Rivalidade Emergente (1950-1988)*. São Paulo, Paz e Terra.
- MONTEIRO LOBATO, José B. R. (1962 [1932]). *América*. São Paulo, Editora Brasiliense.
- MOURA, Gerson (1980), *Autonomia na Dependência*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira.
- MILZA, Pierre (1996), “Política Interna e Política Externa”, in René Rémond (org.). *Por Uma História Política*. Rio de Janeiro, Editora FGV.
- PÉCAULT, Daniel (1990), *Os Intelectuais e a Política no Brasil: entre o Povo e a Nação*. São Paulo, Paz e Terra.
- PINHEIRO, Letícia de Abreu (2000), “Traídos pelo Desejo: um Ensaio sobre a Teoria e a Prática da Política Externa Brasileira Contemporânea”, *Contexto Internacional*, vol. 22, pp. 305-335.
- PRADO, Eduardo. *Ilusão Americana* (1961 [1893]). São Paulo, Brasiliense.
- SMITH, Thomas W. (1999), *History and International Relations*. Florence (KY), Routledge.
- SOUTO MAIOR, L. (2001), “Brasil-Estados Unidos: Desafios de um Relacionamento Assimétrico”. *Revista Brasileira de Política Internacional*, vol. 44, nº 1, pp. 55-68.
- SILVA, Alexandra de Mello (1995), “O Brasil no Continente e no Mundo: Atores e Imagens na Política Externa Contemporânea”. *Estudos Históricos*, nº 15.
- VIGEVANI, Tullo e CEPALUNI, Gabriel (2007), “Lula’s Foreign Policy: the Autonomy through Diversification Strategy”. International Studies Association (ISA) 48th Annual Convention, Chicago.
- VOVELLE, Michel. *Ideologias e Mentalidades*. São Paulo, Brasiliense, 1991.
- WENDT, Alexander (1994), “Collective Identity Formation and the International State”, *American Political Science Review*, vol. 88, nº 2, pp. 384-396.

Resumo

No percurso republicano brasileiro, o país sempre teve os Estados Unidos em seu horizonte. O debate entre diferentes concepções sobre o papel dos Estados Unidos na política exterior do Brasil manifesta-se nas fontes literárias e podem servir ao analista que busca os “mapas mentais” dos formuladores e gestores da política externa do Brasil. Este artigo contrasta as visões de Eduardo Prado, que ironiza em *A Ilusão Americana*, a suposta fraternidade norte-americana, e de Monteiro Lobato, que em “*América*” utiliza metáforas elogiosas aos Estados Unidos.

Palavras-chave: política externa brasileira; relações bilaterais Brasil-Estados Unidos, Eduardo Prado, Monteiro Lobato, literatura.

Abstract

The two faces of the giant: the United States seen through Eduardo Prado and Monteiro Lobato’s eyes (Notes on Brazil-United States relations)

Throughout republican period, the United States has held considerable importance for Brazil. The debate among different Brazilian conceptions on the role of the United States in its foreign policy is rich and shows up in literature. These written sources help understand the “mental maps” of Brazilian foreign policy operators. The article contrasts the views of Eduardo Prado, who contests the supposed fraternity with the United States in “*A Ilusão Americana*”, and of Monteiro Lobato, who in “*América*” applies very positive metaphors to refer to the United States.

Key words: Brazilian foreign policy, bilateral relations Brazil-USA, Eduardo the Prado, Monteiro Lobato, literature.